

CONGRESSO

Votação dos dois projetos que tentam controlar valor, principalmente após disparada do petróleo causada pelo confronto na Ucrânia, sofre terceiro adiamento e pode ser feita hoje

PREÇO DE COMBUSTÍVEIS SEGUE SEM CONSENSO NO SENADO

Brasília - Por falta de consenso, foi adiada para hoje a votação dos dois projetos de lei que tentam frear a alta dos preços dos combustíveis no mercado brasileiro, devido a um pedido de vista do senador Carlos Viana (MDB-MG), vice-líder do governo. É a terceira vez que a votação é adiada por dificuldades na negociação com o governo federal. O relator de ambas as propostas é o senador Jean Paul Prates (PT-RN), que já entregou várias versões de seus relatórios. Os senadores podem apresentar mais emendas aos textos até o início da reunião. "Faço requerimento de que nós retiremos os dois projetos de pauta, para que ouçamos os governadores. O governo quer o controle, a regulação, mas não quer a interferência do mercado. São pontos diferentes, conceitos diferentes. O governo quer hoje ouvir os estados. Os governadores se manifestaram, pediram que nós aqui tenhamos a paciência de entender quais são as reivindicações deles", afirmou Viana.

No ano passado, a gasolina acumulou alta de preços de 47,49%, item que mais pesou na elevação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a inflação oficial do país, que atingiu 10,06%. Agora, existe pressão no Congresso para analisar os dois projetos por causa da disparada do preço do barril do petróleo causada pela guerra na Ucrânia. A Rússia é um dos principais exportadores de petróleo do planeta.

No Projeto de Lei Complementar 11/2020, que uniformiza o ICMS, a proposta é que os estados definam em conjunto uma alíquota sobre combustíveis que todos aplicarão. Essa decisão seria tomada até o fim de 2022 pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), órgão que reúne os secretários de Fazenda de todos os estados. O ICMS passaria a ter um valor unitário cobrado sobre o litro de combustível, em vez de um percentual sobre o valor final da compra. Além disso, o cálculo do imposto seria feito uma única vez, na refinaria ou na importação do combustível, e não mais ao final de toda a cadeia de distribuição. O objetivo disso seria eliminar o chamado "efeito cascata" de incidência do ICMS. Os combustíveis abrangidos pela mudança seriam gasolina, etanol, diesel, biodiesel, querosene de aviação, gás liquefeito de petróleo e gás natural.



O senador Carlos Viana (MDB-MG), vice-líder do governo Bolsonaro, pediu vista e postergou a análise dos projetos no plenário da Casa

ENQUANTO ISSO...

...RECEITA ZERA PIS/PASEP E COFINS SOBRE GÁS

A Receita Federal publicou ontem instrução normativa zerando alíquotas do PIS/Pasep e da Cofins sobre o botijão de gás de cozinha de 13 quilos de uso doméstico. A medida incide sobre a importação e a receita de comercialização do produto. A medida foi adotada para fazer frente à disparada do preço do petróleo causada pela guerra na Ucrânia. A Rússia é o maior exportador mundial de petróleo e derivados combinados, com exportações de cerca de 7 milhões de barris por dia, ou 7% da oferta global. Levantamento da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) mostra que o gás de cozinha ultrapassou os R\$ 100 em todas as regiões do país, variando de R\$ 109,40 a R\$ 140.



Faço requerimento de que nós retiremos os dois projetos de pauta, para que ouçamos os governadores. O governo quer o controle, a regulação, mas não quer a interferência do mercado"

■ Carlos Viana (MDB-MG), vice-líder do governo

Já o Projeto de Lei 1.472 cria a Conta de Estabilização de Preços de Combustíveis (CEP-Combustíveis), que será usada para financiar um sistema de bandas de preços para proteger o consumidor final da variação do preço de mercado dos combustíveis.

Por esse sistema, o Executivo deverá definir limites mínimo e máximo para os preços dos derivados de petróleo. Quando os preços de mercado estiverem abaixo do limite inferior da banda, os recursos correspondentes à diferença serão acumulados na conta; quando estiverem acima do limite superior, a conta servirá para manter o preço real dentro da margem regulamentar.

"Vamos sair com uma solução enpenhada, conciliada com todos os agentes que fazem parte do Estado brasileiro, do setor privado e dizem respeito aos combustíveis. Isso será muito importante. Ter uma conciliação completa e uma solução integrada, organizada, que o governo facilmente poderá implantar. A Câmara receberá esse projeto completamente arredondado de arestas. Com toda a orga-

nização e toda a negociação, no melhor sentido, com o governo e com os setores que produzem", afirmou Jean Paul Prates. Diante da escalada do petróleo, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e o relator da matéria vêm destacando a urgência na aprovação das medidas.

Pacheco considera urgente a votação das propostas, mas concordou com o seu adiamento para que se consiga um texto consensual. E cobrou consenso de governo e estados.

"Em um momento excepcional como este, [são necessárias] medidas excepcionais, especialmente de cessão, de ceder, de buscar de fato um consenso em relação a isso. Invoco a compreensão dos governadores de estado, dos senadores, do governo federal e do Ministério da Economia, precisamos deliberar ambos os projetos. Que a gente tire da frente essa questão dos combustíveis que tem travado outros temas", afirmou.

"O que é importante termos em mente é que uma situação que já estava muito ruim se agravou

consideravelmente com a guerra na Europa e a elevação do preço do barril do petróleo, e nós precisamos dar essas respostas legislativas, não para resolver todo o problema, porque o problema é muito maior do que uma mera iniciativa legislativa, mas são iniciativas que nós não podemos deixar de tomar e de avaliar no Senado Federal", disse Pacheco também.

CAMINHONEIROS Carlos Viana (PSD-MG), vice-líder do governo no Senado, disse também que os caminhoneiros e os motoristas são os que mais sentem o peso do aumento do preço dos combustíveis. "O presidente Jair Bolsonaro tem um compromisso com os caminhoneiros de reduzir o preço do combustível ou pelo menos de assegurar os aumentos. Nós já temos aqui avanços importantes: a questão da redução do IPI para o gás de cozinha, a redução para o preço do diesel", declarou o vice-líder.

"O governo quer o controle, a regulação, mas não a interferência do mercado. São pontos diferentes, conceitos diferentes. O governo quer hoje ouvir os estados.

Os governadores se manifestaram, pediram que nós aqui tenhamos a paciência de entender quais são as reivindicações deles. Essa é uma decisão nacional, tem de ser uma decisão de política pública. Não pode ser apenas uma política de governo momentânea", completou Viana. O senador Orivaldo Guimarães (Podemos-PR) disse que deve votar favoravelmente ao PPL 11/2020, mas não no que se refere ao PL 1.472/2021. "O PPL 11/2020 tem dois pontos muito positivos: a monofásia e a questão do gás, com o que eu concordo totalmente. Por outro lado, o PL 1.472/2021 é uma lastima, é um projeto totalmente inviável.

No governo também falta consenso sobre o preço dos combustíveis. Ontem pela manhã, Bolsonaro chegou a se reunir com os ministros Paulo Guedes (Economia) e Ciro Nogueira (Casa Civil), para discutir medidas adicionais, além dos projetos no Congresso. Mas fontes do Planalto informaram que nada ficou acertado, inclusive concessão de subsídios para os combustíveis, que vem sendo cogitada.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Política Pagina: 3